



**MINISTÉRIO A EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ROLIM DE MOURA
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE EDUCAÇÃO DO
CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**



**RESISTÊNCIA E LUTA DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM
ESTUDO A PARTIR DO SINDICATO DOS TRABALHADORES E DAS
TRABALHADORAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI EM
RONDÔNIA¹**

Adriana da Silva Cruz²

Catiane Cinelli³

RESUMO

O presente artigo discute a resistência e a luta das mulheres no Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) no município de Presidente Médici. Busca-se responder à questão de pesquisa: de que modo as lutas histórias de mulheres são vivenciadas pelas camponesas do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em Presidente Médici, estado de Rondônia? Objetiva-se investigar a contribuição histórica de mulheres no enfrentamento do sistema patriarcal no sindicato. Além de: identificar como se dá a participação das mulheres; verificar as diferentes formas em que o sistema patriarcal se manifesta na vida e trabalho das mulheres; pesquisar a contribuição que a mulher exerce no movimento sindical. A metodologia que orienta o trabalho é a pesquisa participante, com as técnicas de observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental. Os resultados da pesquisa mostram que as mulheres conquistaram muitos direitos através de lutas ao longo dos anos, mas é necessária uma vigília constante resistindo sempre aos retrocessos.

Palavras-chave: Resistência. Luta. Participação das mulheres. MSTTR.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da resistência e luta das Mulheres no Sindicato dos Trabalhadores

¹Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

²Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: adrianaacruz048@gmail.com

³Professor do Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: catiane@unir.br

e Trabalhadoras Rurais (STTR) no município de Presidente Médici em Rondônia. O tema escolhido “resistência e luta das mulheres no Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais no município de Presidente Médici em Rondônia”, está inserido em uma construção histórica ampla. Desde o final do século XIX, as mulheres mobilizaram-se no Brasil e no mundo na luta pelos direitos civis, políticos e sociais, com suas reivindicações.

O problema que orientou a pesquisa é “de que modo a lutas históricas de mulheres é vivenciada pelas camponesas do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais em Presidente Médici, estado de Rondônia?” A pesquisa tem como objetivo geral investigar a contribuição histórica de mulheres no enfrentamento do sistema patriarcal no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em Presidente Médici. Como objetivos específicos buscou-se identificar a participação das mulheres no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) desse município; verificar as diferentes formas de manifestação do patriarcado na vida e trabalho das mulheres; pesquisar a contribuição que a mulher exerce no movimento sindical:

As mulheres trabalhadoras rurais vêm construindo uma longa trajetória de resistência, lutas que remontam ao Brasil Colônia. No MSTTR, a partir da década de 80, as mulheres conquistaram visibilidade ao construírem articulações e organização próprias, com uma ampla agenda política voltada para a superação das discriminações e desigualdades, para a afirmação de sua identidade de trabalhadora rural, para os direitos sociais e pleno exercício de sua cidadania. (CONTAG, 2017).

Diante dessa trajetória de luta das mulheres do campo, justifica-se essa pesquisa, além de interesse pessoal em se trabalhar com mulheres e seus direitos perante a sociedade. Já dizia Soares (1998, p. 33) que “o feminismo é a ação política das mulheres, engloba teoria, prática, ética e tornam as mulheres como sujeitos históricos da transformação de sua própria condição social”. Propõe que as mulheres partam para transformar a si mesmas e ao mundo. Falar sobre a importância das mulheres no movimento sindical, se dá a partir da identidade com as lutas das mulheres por seus direitos nas diferentes bandeiras, por igualdade de gênero no trabalho, lutas das mulheres negras, entre outras. Outra motivação em tratar das mulheres em movimentos sociais se dá por estar no curso de Licenciatura em Educação do Campo e este ser um curso ligado a sujeitos coletivos.

Como estudante e moradora do campo percebo que as mulheres camponesas necessitam ter seus direitos reconhecidos. “Muitas mulheres trabalhadoras rurais ainda sofrem violência e preconceito. Contra isso muitos trabalhos são desenvolvidos para mudar esta realidade e garantir a igualdade de gênero e os direitos das mulheres também no meio rural” (CONTAG, 2017, s/p.). Eu, como associada e membro da comissão de jovens do Sindicato dos Trabalhadores das Trabalhadoras Rurais de Presidente Médici, me senti instigada a investigar

a participação das mulheres dentro do sindicato, como o seu trabalho é desenvolvido, e a inserção da mulher dentro de um meio tão machista como o sindicato rural. Como discente do curso de Licenciatura em Educação do Campo percebo que as mulheres rurais são pouco citadas nas lutas do campo, quase esquecidas, aparecendo como uma simples coadjuvante.

O método que orienta o trabalho é o Materialismo Histórico Dialético, segundo Masson (2012, p. 9), esse “método possibilita estabelecer as conexões entre os diferentes aspectos que caracterizam a realidade”. Caracteriza-se pelo movimento do pensamento por meio da materialidade histórica da vida dos seres humanos em sociedade, isto é, trata-se de descobrir, pelo movimento do pensamento, as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens e mulheres durante a história da humanidade (PIRES, 1997, p. 87). Este instrumento de reflexão teórico-prática é colocado para a realidade das mulheres no movimento social, buscando entender sua realidade de luta, seus pensamentos e sua contribuição.

Como metodologia, optei pela pesquisa participante com aproximações à pesquisa-ação, que inclui pesquisa de campo. Segundo Gil (2008), a pesquisa participante e a pesquisa ação, caracterizam-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas. Dessa forma, me inseri nas atividades onde as pesquisadas participaram.

As técnicas de pesquisa utilizadas são observação participante e entrevistas semiestruturadas, a observação é uma tentativa de colocar a observadora e a observada do mesmo lado, tornando-se a observadora um membro do grupo de modo a vivenciar o que ele vivencia e trabalhar dentro do sistema de referência dele (MAN, apud LAKATOS & MARCONI, 2005, p. 192). As observações foram realizadas durante as atividades ocorridas no STTR em reunião tanto de mulheres como em assembleia geral, sendo duas assembleias gerais e cinco reuniões, no período de 2018 e 2019.

Além das observações, utilizei de entrevistas semiestruturadas, sendo que “numa entrevista semiestruturada combinam-se perguntas abertas com perguntas fechadas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75). Marconi e Lakatos (1996) afirmam que numa entrevista semiestruturada há possibilidade de conseguir informações precisas, contestando e checando, podendo haver discordâncias.

As entrevistas foram realizadas com a secretária de mulheres da Contag (Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura), durante uma plenária de mulheres que ocorreu nos dias 29 e 30 de janeiro de 2019, no Centro de Formação da FETAGRO (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Rondônia). No mesmo evento, entrevistei a vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

estadual de Rondônia. Também foram realizadas entrevistas com a secretária de mulheres do STTR de Presidente Médici, secretária de mulheres da Fetagro e a presidenta da Fetagro. Foram realizadas entrevistas com mulheres da federação de Rondônia, pois o STTR é ligado a esta federação.

As sujeitas da pesquisa são mulheres camponesas de diferentes idades e com diferentes atribuições no movimento sindical. Açucena⁴ têm 34 (trinta e quatro) anos, é casada e mãe de um filho. É agricultora familiar, em regime de parceria com os pais, numa área de 1,5 hectare (um hectare e meio), onde produzem feijão, milho, mandioca e pequenos animais. No Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), começou a atuar em 2005. Passou pela Comissão Municipal de Jovens do STTR de Batalha/PI e pela Comissão Estadual de Jovens da FETAG-PI (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Piauí) e foi diretora do Polo de Esperantina, e em seguida, assumiu a Secretaria de Jovens da Federação. Em 2013, foi eleita secretária de Jovens da CONTAG e, atualmente, é a secretária de Juventude da Coprofam e integra a Diretoria Ampliada da CUT Nacional. Em 2019 foi eleita no 12º CNTTR (Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais), secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG.

Dália tem 51 anos, solteira, não tem filhos, de origem nordestina, nasceu no Ceará em uma cidade chamado de Piquet Carneiro. Em 1986 veio para Rondônia juntamente com toda a família pai, mãe, irmãos, cunhada e sobrinho, desde quando chegou em Rondônia tem sua residência em uma linha do Município de Presidente Médici. Em 1998 se associou ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, começou na direção do STTR de Presidente Médici em 2010 no conselho fiscal, durante quatro anos, na eleição da nova diretoria de 2014 assumiu a secretaria de mulheres, em 2017 assumi o segundo mandato da secretaria de mulheres.

Girassol tem raízes nordestinas por parte dos pais, nascida no estado de Mato Grosso do Sul. Em 1974 veio para Rondônia. Atualmente é a vice-presidente da CUT/RO, o primeiro mandato na Central Única dos Trabalhadores, foi da secretaria de finanças em 2009. Iniciou na luta sindical com 16 anos, desde a fundação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Presidente Médici, em 1994 esteve na direção do STTR, passou um período como liderança de linha, em 2004 voltou para direção do STTR de Presidente Médici.

Hortência nascida em 1969, no estado de Mato Grosso do Sul. Em 1985 passou a residir em Rondônia no município de Alvorada do Oeste, onde reside até hoje. Na luta sindical iniciou

⁴ As entrevistas foram realizadas com cinco mulheres, mulheres essas do STTR de Presidente Médici, da FETAGRO, da CONTAG e da CUT estadual. Para manter preservando a identidade das pesquisadas utilizará nomes fictícios, como Açucena, Dália, Orquídea, Girassol e Hortência

sua trajetória lutando nas pastorais da Igreja Católica e na Associação Rural APROQUATRO (Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Linha 44) na qual assumiu os cargos de Representante das Mulheres, Tesoureira e Presidente, cargo que ocupa atualmente. No ano de 1998 filiou-se ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alvorada Do Oeste, assumindo em 2009 a coordenação da Comissão de Mulheres do Sindicato. Em 2011 integra o quadro de diretores da FETAGRO na Secretaria de Mulheres. Em 2013 é eleita secretária de mulheres na Federação. Sua gestão junto às mulheres trabalhadoras rurais é novamente reconhecida e seu nome é aclamado para continuar comandando a pasta na formação da nova Diretoria da FETAGRO, em 2017.

Orquídea, filha de agricultores sindicalistas iniciou sua trajetória de luta ainda na adolescência participando do Grupo de Consciência Negra e da Pastoral da Juventude no Grupo Jovens Unidos a Cristo (JUACRI), em Cacoal. Passou a fazer parte da direção do STTR de Costa Marques e posteriormente da fundação do STTR de São Francisco. No ano de 1999 assumiu a Secretaria de Formação da FETAGRO. Assumiu a Presidência da FETAGRO de 2002 a 2005, onde ao final do mandato recebe a missão de ir para a direção da CONTAG, em representação da Região Norte. Em seu primeiro mandato na Confederação, de 2005 a 2009, coordenou a Secretaria de Políticas Sociais. No período de 2009 a 2013 foi eleita Vice-presidenta e Secretária de Relações Internacionais. Assumiu de 2013 a 2017, o terceiro mandato na CONTAG, desta vez como Secretária de Mulheres. Nesta gestão coordenou a Marcha das Margaridas de 2015. Retornando ao estado de Rondônia em 2017, atualmente é Presidenta da FETAGRO, e com a responsabilidade de dirigir também a secretaria de Meio Ambiente, além de contribuir com a organização e luta do Partido dos Trabalhadores de Rondônia como Secretária de Mulheres.

Também utilizei como técnica a análise documental em atas que ocorreram no período de março a maio de 2019, no STTR do município de Presidente Médici.

Para falar das mulheres de Presidente Médici, é necessário conhecer a história de luta das mulheres de forma geral. Por isso, organizamos o artigo em seções que trabalham a luta das mulheres de forma geral, em seguida o movimento sindical, por fim, o sindicato de Presidente Médici e a organização das mulheres.

1.1 O Desenrolar da Luta das Mulheres e o Feminismo

O Patriarcado é o sistema social político de opressão que tem organizado há séculos as relações estabelecidas na sociedade, baseia-se em formas de dominação dos homens sobre

as mulheres. Atua na vida das mulheres como uma norma social, ele reproduz um lugar de submissão e opressão sobre as mulheres e várias dimensões das suas vidas, usando-se do impedimento à participação política e da dependência econômica. “Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o estado” (SAFFIOTI, 2015, p. 57). Assim atuando no controle do corpo e vida das mulheres em todas as questões tanto social, quanto psicológico.

O patriarcado quer fazer da dominação masculina um fato “natural” e biológico. E o patriarcado é de tal modo hoje uma realidade bem-sucedida que muitos não conseguem pensar na organização da vida humana de maneira diferente da patriarcal, em que o macho domina de direito e de fato. (MURARO, 1995, p. 61).

Para romper as barreiras que o patriarcado estabelece na vida da mulher é que surge o feminismo, que luta por igualdade de direitos entre mulheres e homens. “O feminismo trouxe à tona novos conceitos para a análise da condição da mulher” (GEBARA, 2000 apud PAIXÃO, EGGERT, 2011, p. 14). De acordo com Maggie Humm e Rebecca Walker, a história do feminismo pode ser dividida em três “ondas”, a primeira teria ocorrido no século XIX e início do século XX, a segunda nas décadas de 1960 e 1970 e a terceira na década de 1990 até a atualidade.

No Brasil, o movimento feminista criou forma entre o fim do século 18 e início do 19, quando as mulheres brasileiras começaram a se organizar e conquistar espaço na área da educação e do trabalho. Três grandes momentos marcam o movimento feminista no Brasil: o primeiro foi causado pelas reivindicações por direitos democráticos como o direito ao voto, ao divórcio, à educação e ao trabalho no fim do século 19. O segundo, no fim da década de 1960, foi caracterizado pela liberação sexual (impulsionada pelo aumento dos contraceptivos). O terceiro momento começou a ser construído no fim da década de 1970, com a luta de caráter sindical e contra a ditadura militar. (CASTRO, MACHADO, 2016, p. 28).

Nos anos 1970, a luta das mulheres vem ganhando espaço no Brasil. As mulheres começaram a se libertar das correntes do patriarcado que as oprimia tornando-se assim sujeitos. Soares (1998) diz que o feminismo contribui para as mulheres se tornarem sujeitos históricos. As mulheres começaram a se organizar entre si, lutar pelos seus direitos na sociedade tanto político, econômico, e pela garantia da justiça e igualdade.

A presença das mulheres na arena política foi, assim, construída no período da ditadura, a partir dos anos 60, sendo um dos elementos que contribuíram para os processos de mudanças no regime político. [...] além disso, mulheres também compuseram a coluna vertebral de muitas das organizações da sociedade civil e partidos políticos de oposição que com êxito desafiaram regras autoritárias durante os anos 70 e início dos 80. (ALVAREZ apud SOARES, 1998, p. 34).

Assim as mulheres se tornam presentes na sociedade, como sujeitos políticos pouco a pouco, saindo do espaço doméstico a que lhes era atribuído e buscando outros espaços que antes lhes era negado. Foi possível ver as mulheres em “associações e casas de mulheres, entraram

nos sindicatos, onde reivindicaram um espaço próprio. Realizaram seus encontros. Novos temas entraram no cenário político, novas práticas surgiram” (SOARES, 1998, p. 35). As lutas das mulheres se destacaram perante a cultura machista do seu cotidiano, passando a ter voz e vez perante a sociedade que as oprimia. “O movimento de mulheres nos anos 70 trouxe uma nova versão da mulher brasileira, que vai às ruas em defesa de seus direitos e necessidades e que realiza enormes manifestações de denúncia das desigualdades” (idem, p. 36).

Podemos perceber que as mulheres passam a ter papel na produção social. Não estamos falando apenas das mulheres urbanas, as mulheres trabalhadoras rurais também participaram desse processo, pois estão frequentemente participando das organizações de luta pela agricultura familiar e reforma agrária. “Unificam homens e mulheres do campo - se alia à luta particular das camponesas por cidadania e visibilidade como trabalhadoras” (SOARES, 1998, p. 41).

As camponesas sempre tiveram uma sobrecarga de trabalho, tanto nos trabalhos domésticos quanto na roça junto com seus esposos ou pai, podemos perceber com a modernização da agricultura, essa carga de trabalho reforçou ainda mais a divisão sexual do trabalho. Paludo (2002) aponta que meados das décadas de 1980, as mulheres camponesas subdividiram-se, basicamente, no RS, em três formas distintas de organização: 1) aquelas que, exclusivamente, participavam na reprodução familiar, que fica restrita ao espaço da casa e da comunidade; 2) as que participavam de alguma instituição assistencialista ou religiosa; 3) grupo das mulheres que se reuniam sob a coordenação de certas instituições, como sindicatos combativos e CEBs⁵.

Mulheres urbanas e camponesas passaram a ocupar seus espaços se tornando visível na sociedade. Com as mulheres ocupando o mercado de trabalho remunerado, passaram por vários obstáculos para poder trabalhar, não que antes elas não trabalhassem, pelo contrário, as mulheres sempre trabalharam, mas não era reconhecido esse trabalho.

As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em campo definido – pelos homens - como ‘naturalmente masculino’. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. (RAGO, 2010, p. 581-582).

Sabemos que no decorrer das décadas, as mulheres vêm lutando e transformando suas vidas. Aqui é apenas, um breve relato da trajetória dos movimentos de luta que mulheres se

⁵ Comunidades Eclesiais de Base, vinculadas à Igreja Católica, especialmente, sob a influência da Teologia da Libertação.

engajaram ao longo dos anos. “No Brasil, como também em vários países da América Latina, as mulheres se fizeram e se fazem visíveis por meio de uma multiplicidade de expressões organizativas, uma infinidade de reivindicações e formas de luta” (SOARES, 1998, p. 38).

Os movimentos feministas conquistaram avanços, principalmente no que se refere à entrada da mulher no mercado de trabalho e o acesso à cultura de modo geral. No entanto, podemos perceber que ainda vivemos numa sociedade onde a cultura patriarcal predomina e que mulheres têm que se manter sempre vigilantes. Assim como Simone de Beauvoir diz “nunca se esqueça de que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida” (BEAUVOIR apud CONTAG, 2017, s/p). Dessa maneira, a luta das mulheres sempre continua uma verdadeira sentinela pela liberdade, para além da equiparação de direitos.

1.2 Conquistas do Movimento Feminista: o sufrágio feminino no Brasil

Atualmente, existem várias organizações feministas no Brasil que defendem a equiparação do direito das mulheres ao dos homens. Igualmente, há organizações específicas de feministas negras, indígenas, homossexuais, transsexuais etc. Na atualidade as mulheres podem expor sua opinião, somente porque no século passado lutaram pelo direito de se expressar em diversas situações e fazerem-se respeitadas, essas mulheres que lutaram e ainda lutam para todas as mulheres serem incluídas na sociedade, deixarem de ser objeto dos homens, o “sexo forte”, que via o sexo oposto apenas como algo a mais para ser manuseado ao seu bel-prazer.

Não tem como falarmos de lutas das mulheres sem dizer da conquista do voto e a possibilidade de participação de qualquer decisão política, houve um período em nossa história que o voto eleitoral tinha cor, sexo e posição social, em que apenas homens brancos com poder aquisitivo tinham direito de exercê-lo. Até o início do século XX, o direito de votar no Brasil estava restrito aos homens. Dizia Canêdo (2003), em relação ao preceito eleitoral de todo o período da Colônia, Império e início da República: “o verbo ‘votar’ e a prática da cidadania são do gênero masculino e da cor branca, as mulheres estavam ausentes do texto, assim como os escravos e os indígenas” (CANÊDO, 2003, p. 523).

O Brasil é considerado pioneiro nas discussões pelo sufrágio feminino na América Latina (BESTER apud SANTOS, 2017, p. 45), comparado aos países vizinhos da América

Latina⁶,

Enquanto os autores situam o início das discussões feministas da maior parte dos países latino americanos nas primeiras décadas do século XX, veremos que, no Brasil, essa questão já foi suscitada no século XIX. A maior parte dos países latino americanos aprovou o sufrágio feminino no final da década de 1940 ou na década de 1950, enquanto o Brasil o fez no Código Eleitoral de 1932, atrás apenas do Equador. (SANTOS, 2017, p. 44).

Diante do exposto veremos a trajetória de conquista do sufrágio no Brasil.

Em 1931, no Rio de Janeiro, a FBPF⁷ promoveu o II Congresso Internacional Feminista, onde foram discutidos os sete princípios da organização, entre eles os ‘Direitos civis e políticos da mulher’ (ALVES, 1980, p. 124). Segundo Schumacher e Brazil (2000), as conclusões desse encontro foram levadas ao presidente Getúlio Vargas, que havia se comprometido a apoiar o pleito pelo voto feminino. Como resultado desse apoio, Bertha Lutz⁸ foi convidada a participar da comissão de redação do novo Código Eleitoral que concedia o voto às mulheres. Este novo Código foi instituído pelo Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2018, p. 6336).

Segundo Santos (2017, p. 68), a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, juntamente com outros grupos como a Aliança Cívica das Brasileiras e a Aliança Nacional de Mulheres, insatisfeitas com as disposições do anteprojeto, lançaram uma campanha para que fossem excluídas as limitações ao voto feminino. O artigo 2º do decreto citado dizia: “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código” (Idem). Inicialmente o voto feminino não era obrigatório, conforme o artigo 121: “os homens maiores de sessenta anos e as mulheres em qualquer idade podem isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral” (Ibidem, p. 68).

Mesmo após o Decreto nº. 21.076 de 1932 ser aprovado, era preciso assegurar a igualdade de poder políticos às mulheres, pois mesmo com o direito ao voto, a imagem da mulher do governo Vargas será a mulher que realiza trabalhos como enfermeira, professora, secretária e, claro, esposa dedicada ao lar.

Somente dois anos depois, em 1934, quando da inauguração de um novo Estado Democrático de Direito, por meio da segunda Constituição da República, esses direitos políticos conferidos às mulheres foram assentados em bases constitucionais. No entanto, a nova Constituição restringiu a votação feminina às mulheres que exerciam função pública remunerada. (BRASIL, 2013, p. 1).

⁶O Estado do Wyoming nos EUA estabelece o sufrágio feminino em 1869. Cito alguns países como exemplos: Inglaterra em 1918 com caráter restritivo, Espanha em 1931, França em 1944, Itália em 1945, Suíça em 1971 e Portugal em 1976. Cronologia da conquista feminina ao voto na América Latina: Equador – 1929 (facultativo até 1967); Brasil 1932; Uruguai – 1932; Cuba – 1934; El Salvador – 1939 (facultativo até 1950); República Dominicana – 1942; Jamaica – 1944; Guatemala – 1945 (optativo até 1956); Trinidad Tobago – 1945; Venezuela – 1946; Panamá – 1946; Argentina – 1947; Suriname – 1948; Chile – 1949; Costa Rica – 1949; Bolívia: 1952; Guiana – 1953; Honduras – 1954; México – 1954; Peru – 1955; Colômbia – 1957; Nicarágua – 1957; Bahamas – 1964; Paraguai – 1967. Cf. SANTOS, Wanderley G. dos. Votos e Partidos: Almanaque de Dados Eleitorais. Brasil e outros países. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 297-303.

⁷FBPF _ Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

⁸Bertha Maria Júlia Lutz, bióloga e advogada, considerada uma das líderes do movimento sufragista brasileiro. criadora e líder Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a FBPF, em 1922.

Apenas o “Código Eleitoral de 1965 veio a estabelecer a igualdade entre o voto feminino ao masculino, tornando todos obrigatórios” (BRASIL, 1965). Não podemos deixar de falar dos movimentos de mulheres negras que se somam na luta pelo voto no Brasil, essas mulheres “nos mostram que havia outros grupos de mulheres que reivindicavam espaço político e que também colocavam a questão social e racial em foco” (SANTOS, 2017, p. 60).

A luta pelo sufrágio das mulheres não é um privilégio, mas sim um direito político que deveria ser assegurado às mulheres brasileiras e todas as mulheres do mundo, pois é na política que são tomadas todas as decisões da sociedade. Afinal, nesta sociedade patriarcal que vivemos prega-se a família, a moral e bons costumes e sabemos que é dada a (nós) mulheres a função de manter a harmonia do lar, “tudo organizado”.

Conforme analisou Osta Vázquez, as mulheres adquiriam a ‘moral’ simplesmente por nascerem com o sexo feminino e, por serem as “guardiãs da moral”, sua única função seria dedicar-se ao lar e à educação dos filhos, já que qualquer distração poderia destruir essa ‘moral’[...] às mulheres cabiam as emoções e afeto enquanto a inteligência e a vida ativa ficavam com os homens. (SANTOS, 2017, p. 49).

As mulheres são capazes de ter emoções e afeto e inteligência para estar presente na política, seja como eleitoras ou em frentes de cargos ou funções, como começar uma organização na administração de um município, estado ou país. O sufrágio feminino é considerado um marco na instituição do movimento feminista brasileiro. Apenas um marco, pois as mulheres estão sempre em busca do seu direito, seja na política, no mercado de trabalho, em seus lares e na sociedade em geral. Mulheres negras, brancas, indígenas, ribeirinhas, camponesas, quilombolas, seja elas do campo, floresta, das águas e urbanas, sempre em vigilância de seus direitos conquistados e prontas para buscar mais direitos que são seus, mas não foram lhe atribuídos.

Mesmo tendo aprovado o Código Eleitoral em 1932 dando o direito às mulheres ao voto, foi aprovado parcialmente por permitir somente às mulheres casadas, com autorização dos maridos, e às viúvas e solteiras que tivessem renda própria, o exercício de um direito básico para o pleno exercício da cidadania. Podemos perceber que esse direito não era para todas, as camponesas, por exemplo, não estavam incluídas nesse direito, pois não votavam, não possuíam documentos pessoais, nem tinham seus trabalhos como agricultoras reconhecidas. Elas foram votar após 1988, em especial com a condição de seguradas especiais da previdência social. Ao poderem se aposentar, faziam seus documentos pessoais, antes usavam os do marido ou do pai.

As mulheres lutam por seus espaços reconhecidos na sociedade, com as mulheres dos movimentos sociais não é diferente, apesar de todos os movimentos terem suas bandeiras de luta, seja a terra, agricultura e outras, sempre tem mulheres em busca de direitos e espaço dentro do movimento, seja qual for o movimento social, pode ser o MST (Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra), FETAGRO, MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), sempre tem mulheres lutando por igualdade de direitos. Um grupo de mulheres que tem se destacado na luta pela diferença no feminismo é das mulheres negras.

1.3 A Luta das Mulheres Negras

Falando de luta e resistência das mulheres não podemos deixar de falar de um movimento específico que vem se despontando há algum tempo que é das mulheres negras. Ainda que a luta das mulheres por direitos iguais tem sido importante na sociedade, mesmo assim, as mulheres negras têm a necessidade de se organizar, pois percebem por meio de sua militância, que suas temáticas estão sempre em segundo plano. Essas mulheres unem-se para lutar pelos seus direitos, pois perceberam que na luta do feminismo, suas especificidades não são lembradas, além de lutar contra o machismo, lutam contra o racismo, pois são duplamente discriminadas.

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Assim, a autora fala em enegrecer o feminismo e fazer uma unificação entre a luta das mulheres e o anti-racismo. “Organizações de mulheres negras de combate ao racismo e ao sexismo, tendo por base a capacitação de mulheres negras, assim como o estímulo à participação política, à visibilidade, à problemática específica das mulheres negras na sociedade” (CORDEIRO, 2011, p. 121).

O feminismo branco, no seu início, não viu as mulheres negras, referenciado que esteve no feminismo europeu e no viés de classe. Foi a organização própria das mulheres negras no âmbito dos encontros feministas que propiciou a articulação das categorias classe, gênero e raça para uma compreensão mais concreta da exclusão das mulheres. As mulheres negras, ao criarem suas formas próprias de organização, têm mantido uma relação educativa com o feminismo, enfocando as questões das diferenças entre negras e brancas. (SOARES, 1998, p. 45).

Portanto, o feminismo negro despontou da especificidade, “tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra (CARNEIRO, s/a, p. 3). As mulheres negras têm sua particularidade de lutas, entretanto, essas não conseguem se

identificar com alguns direitos que movimentos feministas buscam.

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravos nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação. (CARNEIRO, 2001, p. 1-2).

A mulher negra nunca foi tratada como frágil, sempre trabalhou em busca de seu sustento e de familiares. Quando falamos de igualdade de mulheres no mercado de trabalho, nos cargos de destaque de que estereótipo de mulheres estamos falando? Estes são questionamentos que nós mulheres negras fizemos constantemente, portanto, temos que enegrecer o feminismo. Temos nossas lutas específicas, já nascemos numa sociedade em que ser mulher e viver é uma vigília constante. Vivemos num sistema patriarcal que nos oprime até na maneira de nos vestir, de nos locomover nas ruas. No entanto, quando nascemos mulher e negra essa opressão se multiplica e muitas acabam até esquecendo que somos mulheres, vendo apenas como se fosse um pedaço de carne, um objeto de uso tanto para o trabalho, quanto para o prazer sexual. “A mulher negra ainda é a gostosa do samba ou empregada” (RIBEIRO, 2018, p. 49).

2 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS

Vimos que no decorrer das décadas as mulheres passaram a ocupar espaços no mundo do trabalho e logo as mulheres também começaram a ocupar espaços nos sindicatos. Segundo Giuliani (2010), ocorreu uma revisão da imagem social da feminilidade ao longo dos anos 1980.

As mulheres de segmentos urbanos estão a frente várias práticas reivindicativas já no fim dos anos 60. Participam, em 1968, do Movimento Nacional a Carestia; em 1970, do Movimento de Luta por Creches; em 1974, do Movimento Brasil pela Anistia; e em 1975, criam os Grupos Feministas e os Centros de Mulheres. [...] Tanto trabalhadoras urbanas como as rurais introduzem em sua participação política temas de reflexão no qual o cotidiano doméstico e do trabalho são ponto de partida para rever a divisão sexual no trabalho e relação de poder na representação sindical. (GIULIANI, 2010, p. 649-50).

Para as mulheres, estarem inseridas no movimento sindical é uma maneira de ter voz política. “Para muitas trabalhadoras, urbanas e rurais, sindicalização não é motivada tanto pelos serviços e benefícios fornecidos pelo sindicato, mas responde ao desejo de fazerem algo em prol da categoria, de ajudarem algum familiar dirigente, ou de conhecerem por dentro da

organização” (GIULANI, 2010, p. 653). Portanto, dentro dos espaços que as mulheres começaram a ocupar os sindicatos, analisaremos a iniciativa das mulheres dentro do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

A denominação Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), nem sempre foi assim, quando se iniciou era apenas Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), pois as mulheres não eram contadas como trabalhadoras rurais, mesmo trabalhando na roça junto com seu esposo. Em seus documentos era considerada apenas como doméstica ou não trabalha, apenas cuida da casa, como se isso não fosse trabalho. Era apenas uma pessoa na família que se afiliava ao sindicato, que era o chefe da família, geralmente o homem.

A situação recorrente e mais comum era que a participação das mulheres nos sindicatos se desse na condição de dependentes dos seus maridos ou dos pais, e não como sócia do sindicato. Nos sindicatos filiados à Contag, era permitido apenas a uma pessoa por família se tornar membro de sindicato⁹, e, normalmente, quem o fazia era o homem chefe de família. Em alguns sindicatos, os homens chegavam a argumentar que a sindicalização de esposas fosse proibida por lei. (DEERE apud AGUIAR, 2015, p. 69).

Entretanto, as mulheres sempre estiveram presentes no movimento sindical, até mesmo quando estava na invisibilidade. As mulheres sempre tiveram presentes apoiando tanto fisicamente, cozinhando, lavando, cuidando da casa, quanto psicologicamente, dando apoio incentivando a lutar.

A luta das mulheres por igualdade de condições no MSTTR começou na construção das primeiras entidades sindicais. Apesar da ausência de registros sobre a participação das mulheres nas lutas, fica muito difícil imaginar uma greve de canavieiros, como as que ocorriam com frequência na década de 70 e 80, do século XX, sem imaginarmos o trabalho das mulheres garantindo a estrutura física e psicológica da família e dos grevistas ou dirigentes sindicais. (CONTAG, [19--?], p. 94).

Diante dessa situação as mulheres rurais também começaram a se organizar para conquistar seus espaços. “No processo histórico e político de organização das mulheres rurais, destacam-se a agência da Igreja, por intermédio das CEBs e pastorais; a emergência do ‘novo sindicalismo’ e das ‘oposições sindicais’ e a atuação do movimento feminista” (AGUIAR, 2015, p. 56). As CEBs atuavam tanto de modo litúrgico em cultos e sacramento, quanto de modo extra eclesial, em movimentos populares.

Paralelamente às atividades organizadas pelas CEBs, havia os cursos pastorais, por meio dos quais eram oferecidos programas de ensino pelos leigos e eclesiásticos, nos quais as pessoas eram instruídas também com o método “ver, julgar, agir”, usado nas

⁹ Segundo Pimenta (2013, p. 157, grifo da autora), “Os anais do 2º e 3º congressos de trabalhadores rurais promovido pela Contag nos anos 1973 e 1979, respectivamente [...]” demonstram bem essa situação de exclusão ao não registrar qualquer referência à mulher trabalhadora rural, senão como ‘esposa do trabalhador’”, e revelar cerca de apenas 1% de participação de mulheres delegadas. As referências se fazem ao “homem do campo” e ao trabalhador rural, e o 3º Congresso, ao tratar a mulher, o faz no tema aposentadoria, como um direito que lhe é devido como esposa do trabalhador “[...] desde que prove sua atividade rural junto à família” (CONTAG, 1973 apud PIMENTA, 2013, p. 157). Ou seja, a mulher não era reconhecida como trabalhadora rural, senão como dependente do esposo, e sua atividade naturalizada como “do lar” ou “doméstica (AGUIAR, 2015, p. 69)”.

CEBs. Após o curso, as lideranças precisavam optar por trabalhar um período em algum movimento – Movimento Sem Terra, Movimento Sindical, Movimento de Mulheres etc. (SCHAAF, 2001, p. 131 apud AGUIAR, 2015, p. 60).

A participação das mulheres nesses movimentos contribuiu para elas ocuparem espaços que são delas, assim quebrando a rotina do habitual, “liberando-as de uma vida restrita às questões domésticas; por outro, inovou ao estimular as mulheres a participar das lutas sociais e das mobilizações por melhores condições de vida, transmitindo-lhes noções de direitos, que favoreceu o desenvolvimento da sua percepção como sujeito desses direitos” (AGUIAR, 2015 p. 63).

A principal demanda desses movimentos, nesse período, foi o seu reconhecimento político como trabalhadora rural, tanto pelo Estado quanto pelos sindicatos de trabalhadores rurais, uma vez que esses constituíam as principais estruturas organizacionais no meio rural. Tendo o reconhecimento do seu estatuto profissional, as mulheres rurais poderiam ter acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, principalmente a extensão dos benefícios de seguridade social, incluindo licença-maternidade paga e aposentadoria (DEERE, 2004 apud AGUIAR, 2015, p. 68).

As trabalhadoras rurais conseguiram expansão dos seus direitos sociais na sociedade, após a Constituição de 1988, e só foi possível devido a participação expressiva das mulheres nas lutas sociais, preconizaram as garantias do salário maternidade, aposentadoria entre outros. “Em 1989, as mulheres conquistaram a Comissão Nacional Provisória das Trabalhadoras Rurais e elegeram a primeira mulher para a direção da CONTAG” (CONTAG, s/a, p. 95).

A década de 1990 marcou, assim, a constituição de formas organizativas próprias das mulheres, que passam a reivindicar participação nos cargos de direção, pressionando o surgimento, dentro das estruturas sindicais, de comissões e coordenações direcionadas especificamente às mulheres, em âmbito nacional, estaduais e municipais. Inaugura-se, assim, um novo período na trajetória de lutas por participação sindical das mulheres rurais (PIMENTA apud AGUIAR, 2015, p. 82).

Somente em 1997 que é aprovada cota mínima de 30% de mulheres em todas as instâncias do MSTTR. A aprovação da cota foi muito importante para as mulheres “contribuindo para o reconhecimento delas como sujeitos políticos, assegurando definitivamente sua participação direta em todos os espaços formativos e de decisão da CONTAG, FETAGs e STRs” (CONTAG, p. 95).

Portanto, para as mulheres terem participação no Movimento Sindical elas passaram por uma longa e desafiadora trajetória de lutas. Apesar de já estarem inseridas nos movimentos com cargos nas direções, as mulheres atualmente continuam lutando para ganharem respeito e igualdade dentro do movimento.

2.1 Luta e Construção da Igualdade no MSTTR

Desde a década de 1970, os movimentos de mulheres feministas vêm demonstrando e

ganhando força no Brasil, “expressão social na esteira das lutas feministas internacionais e da conjuntura de resistência e luta contra a repressão e o regime ditatorial” (PIMENTA, 2012 apud CONTAG, 2014, p. 3). Apesar da luta das mulheres estarem se destacando há mais de quatro décadas, as mulheres ainda lutam para ter seu espaço, para ter direito de igualdade perante a sociedade.

A igualdade no período do século XVIII, foi usada como slogan. No “vocabulário política ocidental, tornou-se um importante fundamento das democracias. Inicialmente, ela foi invocada para definir que todos os homens eram iguais perante a lei e logo foi empregada para indicar a igualdade política. No entanto, as mulheres não foram consideradas iguais aos homens para o exercício de funções políticas. Nem eram tratadas pela lei da mesma forma que os homens.” E assim os espaços de poder e político passaram a ser decididos apenas por homem.

No MSTTR não foi diferente, as mulheres não eram consideradas na hora de assumir as funções políticas no movimento. “O sindicalismo rural se estruturou no Brasil a partir dos anos 50-60 como um espaço político de exercício masculino. As práticas sociais e a cultura política hegemônica, não somente excluíram as mulheres trabalhadoras rurais, como as silenciaram, colocando-as na invisibilidade” (PIMENTA, 2013, p. 2).

A luta pela igualdade:

muitas vezes ela começa em casa, na família, não seria diferente nos sindicatos porque o sindicato é um reflexo do que a gente vive na sociedade, então que nós lutamos no debate da paridade, da alternância, dos mecanismos que possam garantir também maior voz, maior condição de participação nos espaços de poder e decisão para as mulheres também no movimento sindical. (informação verbal)¹⁰.

Infelizmente, foram dadas às mulheres as funções de serem donas de casa, mães e esposas e principalmente no papel de ser subordinada ao homem, “as jornadas de trabalho e o tempo dedicado pelas mulheres aos fazerem domésticos espelham exatamente tais desigualdades” (CONTAG, 2019, p. 16). As mulheres gastam tanto tempo se dedicando ao cuidado dos familiares e do lar que acabam não tendo tempo para sair para lutar pelos seus direitos. Tudo isso por ficar presa a uma cultura em que a divisão sexual de trabalho, que associa os cuidados e a dedicação da casa dos filhos, dos homens em geral seja ele pai, irmão ou esposo. Diante disso, precisamos lutar para romper com essa cultura patriarcal que nos puseram, assim como diz Orquídea:

a gente tá aí lutando por uma sociedade diferente, então nosso sindicato, os nossos espaços também precisa ser exemplo disso. Então a política da paridade inclusive ela está fundamentada nisso, é porque nós fazemos essa luta é um compromisso das mulheres e homens do movimento sindical, a igualdade de condições, a igualdade na construção dos processos, a igualdade no efetivamente pensar luta e não pode ser só

¹⁰ Informação fornecida por Orquídea, em entrevista realizada em 23 de abril de 2019.

responsabilidade das mulheres. (informação verbal)¹¹).

Em 1970 as mulheres começam a despontar da invisibilidade.

Foram percebendo os sindicatos como instrumento importante de luta. Tiveram de lutar pelo direito de sindicalização, participaram de oposições sindicais [representação do “Novo sindicalismo”] e da fundação de vários sindicatos rurais no Sul e Nordeste do país”, num contexto marcado por uma grande efervescência política e de lutas pela democratização do país, no qual emerge novos sujeitos políticos e movimentos sociais (MST, MAB, dentre outros) fortemente estimulados pela ação política organizativa das CEBs (PIMENTA, 2012 apud CONTAG, 2014, p. 3).

Assim como aponta o registro histórico do sindicalismo rural, mesmo já se fazendo tanto tempo que as mulheres do movimento sindical vêm buscando participação efetiva das mulheres, essa luta é demorada. “Na Contag mesmo foi mais de 30 anos para conseguirmos aprovar política de cotas.” (informação verbal)¹².

Em análise de anais dos Congressos providos pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, o 6º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais (CNTR), em 1995 foi um marco.

A partir daí o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR incorporou o conceito de agricultura familiar às suas formulações, dando os passos iniciais para a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento rural, a participação efetiva das mulheres na Diretoria da CONTAG [...] em 1995 foi oficializada estatutariamente a **Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais**, cuja Coordenadora passou a integrar a Diretoria da CONTAG. A Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – CNMTR elege a sua Coordenadora Nacional, **Margarida Maria Alves da Silva (Hilda)** do STTR de Surubim/PE. Dois anos (1997) depois foi realizada a **1ª Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais** que discutiu as lutas específicas das mulheres e a sua relação com as lutas do conjunto da categoria. (CONTAG, p. 7-8, grifo do autor).

Ainda assim com a participação efetiva das mulheres na diretoria da CONTAG, “vai estar com 50 anos de Contag, para conseguirmos nos 50 anos aprovar a paridade em nossa federação” (informação verbal)¹³.

Ao meu ver as mulheres são muito importante, aí veio o destaque e a importância das lutas das mulheres, porque nós mulheres não é só números [...] tivemos uma grande conquista na CUT, na CONTAG, na federação, nos sindicatos a paridade nas direções 50% de homens e 50% mulheres, mas para nós significa só números, nós queremos a qualidade, nós queremos espaço, nós queremos decidi, ajudar a decidi o rumo da nossa sociedade. (informação verbal)¹⁴.

A questão numérica não é suficiente, as mulheres lutam por espaço dentro do movimento sindical, elas vêm mostrando que podem sim ter cargos de direções e que sabem

¹¹ Informação concedida por Orquídea, em entrevista realizada em 23 de Abril de 2019.

¹² Id. 2019.

¹³ Id. 2019.

¹⁴ Informação concedida por Girassol, em entrevista realizada em 30 de janeiro de 2019.

liderar, e lutar por direitos de todos. As mulheres nos movimentos em geral, não apenas no movimento sindical rural, estão desabrochando das raízes do patriarcado que durante décadas colocavam elas apenas como cuidadoras do lar. Na atualidade as mesmas despontam para militância e vivem em constantes lutas por direitos.

2.2 Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no Município de Presidente Médici

Como já mencionei, trabalhei com as mulheres do movimento sindical ligado a Contag, optei em realizar meu estudo a partir do STTR do meu município de Presidente Médici. Os dados trazidos nesta seção do trabalho foram extraídos através de estudo documental em atas, permitido pelo atual presidente do STTR.

O sindicato de P. Médici iniciou em 1986 com incentivo da Igreja Católica, na época com ajuda do Padre Eugênio e Padre Silvio. Iniciaram as primeiras reuniões no barracão da Igreja Católica, era subsede da paróquia de Ji-Paraná, após algum tempo de discussão a Paróquia São João Batista cedeu uma sala no Centro de Catequese. Só em novembro de 1988, o município doou ao STTR e ao SINDSAÚDE dois terrenos localizados na Av. Rio Branco, onde primeiro foi construído (com doação da madeira de uma igreja) um mercado de trabalhadores rurais onde vendiam produtos diretamente da agricultura, logo depois com doações dos sócios e da sociedade medicense construiu-se um barracão ao lado, onde passou a funcionar a sede do STTR, denominada Centro Sindical Chico Mendes.

A primeira diretoria do STTR, formou-se em 17 de outubro de 1987, antes mesmo de ter ganhado o terreno do município, essa eleição foi realizada na Paróquia São João Batista. Sendo que a diretoria foi composta pelos seguintes cargos: Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro e Vice, Secretária e vice e o Conselho Fiscal. Através de análise documental em atas pode-se notar que durante a primeira formação da diretoria sindical do STTR de Médici tinha uma mulher como secretária, apesar de ser um cargo que não tomasse grandes decisões, foi um grande avanço ter uma mulher na primeira direção de um Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Nisso tanto o STTR de Presidente Médici e quanto a federação tem como ponto positivo, pois sempre teve mulheres em suas direções desde da sua formação, a FETAGRO na sua primeira diretoria teve uma mulher como presidenta. Passaram-se três diretorias no STTR, com duração de três anos cada, pois as eleições das diretorias sindicais são realizadas a cada três anos, para então as mulheres conseguirem um cargo de destaque. Na eleição de 1994, foi eleita a senhora Maria de Lourdes (Lourdinha) como presidente e a senhora Elzilene do Nascimento

como secretária de finanças, os cargos de maiores decisões dentro do Movimento sindical.

Maria de Lourdes foi um exemplo de mulher lutadora e resistente, pois na eleição de 1889 ela ficou como sétima suplente, como não desistiu da luta e de romper as barreiras impostas por essa sociedade patriarcal na eleição de 1997 foi reeleita. Na sétima e na oitava diretoria entre os anos de 2004 a 2009 ela esteve novamente na direção do STTR. Desde então as mulheres não têm ocupado cargos de evidência dentro do STTR de P. Médici, só como vice-presidente, mas todos já sabem que o vice não tem muita autonomia, é mais um cargo decorativo. Não que a mulher que esteve na vice-presidência do STTR de Médici, exerceu um cargo decorativo, mas que o vice na maioria das vezes não tem muitas tomadas de decisões.

A presença das mulheres desde a criação do sindicato, ela foi fundamental e no sindicato de Presidente Médici as mulheres tiveram um papel super. importante, sempre na direção do sindicato nós tivemos mulheres, tivemos algumas direções anteriores que tinham 60% de mulheres, já tivemos presidente do sindicato mulher [...], os homens também foi essencial super. importante, mas o avanço mesmo diante da classe trabalhadora no sindicato, por incrível que parece foi com a participação das mulheres na presidência e na secretaria de financia nós tivemos um avanço assim mais que os homens a frente dos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. (informação verbal)¹⁵.

As mulheres tiveram grandes avanços, no sindicato de Presidente Médici, com três direções sendo mulher na presidência. Mesmo com esse progresso dentro do STTR de Médici, me traz alguns questionamentos, pois era a mesma pessoa à frente nas direções. Não tem mulheres para assumir cargos da presidência do sindicato, ou não são dadas oportunidades para elas atuarem? “Há mais associada mulher no sindicato do que homens, infelizmente não é atuante. Quando fazemos um encontro é poucas que vem, não sei se é falta de interesse ou condições que é difícil, o que tem de sócia fosse atuante o sindicato era bem movimentado” (Dália, entrevista realizada em 30 de maio de 2019).

A pesquisa mostrou que as poucas mulheres atuantes são mulheres batalhadoras que estão sempre procurando estar presente nas decisões, buscando direito de se expressar e atuar em suas funções na diretoria, ainda que às vezes sejam colocadas na inferioridade, em funções de menos prestígio e voz, como na cozinha fazendo o almoço em dias de reuniões.

Nesta diretoria atual não está paritária [...] era para ter cinco mulher e cinco homens e só está quatro mulheres, mas eu vejo que as mulheres que estão ali esforçando para fazer o possível gente não faz mais, porque as condições não dá [...] condições são tanto financeiramente que esse ano tá pior, e em todos os sindicatos não é só de Médici e também eu via que na outra administração anterior tinha mais facilidade que nessa [...] nunca fui fazer uma coisa para outro presidente ele fala não, sempre pode fazer [...] esse atual vive colocando empecilho, não tem isso, não tem aquilo, vamos ver o que podemos fazer, quando é outra secretaria que é um homem que chama para fazer uma coisa vamos, não aparece barreira. (informação verbal)¹⁶.

¹⁵ Informação concedida por Girassol, em entrevista realizada em 30 de janeiro de 2019.

¹⁶ Informação concedida por Dália, em entrevista realizada em 30 de maio de 2019.

Portanto, pode-se perceber que dentro da trajetória de lutas do Movimento Sindical de Médicos há também história de lutas das mulheres inseridas, por mais que esses números de mulheres que se expõem no cotidiano se fazendo presente não seja numerosos, mesmo assim faz uma grande diferença na organização sindical. Uma das formas que as mulheres do MSTTR se organizam e se mobilizam é através da Marcha das Margaridas, que trataremos a seguir.

2.3 Marcha das Margaridas

Como já foi citado, grande conquista das mulheres no movimento sindical, não podemos deixar de falar da Marcha das Margaridas, um dos principais espaços que as mulheres do movimento lutam pelas políticas públicas específicas para as mulheres.

A mobilização ‘Marcha das Margaridas’. Movimento de afirmação da mulher na luta pela democratização e melhoria da qualidade e vida no ambiente rural brasileiro, a Marcha ganhou esse nome em alusão à Margarida Alves¹⁷, presidente do Sindicato Rural de Alagoa Grande, Paraíba, assassinada em 1983, na porta de sua casa. (CONTAG, p. 95).

A Marcha das Margaridas é uma manifestação realizada desde 2000 por mulheres trabalhadoras rurais do Brasil, a ação é organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e acontece em Brasília, sempre no dia 12 de agosto. A data escolhida lembra a morte da trabalhadora rural e líder sindicalista Margarida Maria Alves. É uma expressão pública apresentada através da manifestação, em forma de uma marcha que ocorre a cada quatro anos na capital federal, Brasília.

Aguiar (2015, p. 7) pontua que, ao mesmo tempo que estabelece processos de diálogo e negociação com o Estado, busca dar visibilidade às “mulheres do campo e da floresta, categoria negociada no processo de construção da Marcha que abarca uma pluralidade e uma diversidade de mulheres, agricultoras familiares, trabalhadoras rurais, assentadas, quebradeiras de coco, seringueiras, extrativistas, ribeirinhas, pescadoras, quilombolas, mulheres do campo, das águas e das florestas”. Assim podemos ver que a Marcha das Margaridas é ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas para conquistar visibilidade, reconhecimento social e político.

A Marcha é coordenada pela Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), suas 27 federações e mais de 4 mil sindicatos filiados. A Marcha das Margaridas se constrói em parceria com os movimentos

¹⁷ Margarida Alves foi a primeira presidente mulher do sindicato de Alagoa Grande na Paraíba, que foi brutalmente assassinada porque lutava pelos direitos das classes trabalhadores, sobretudo das mulheres (Açucena, entrevista 29/01/2019).

feministas de mulheres trabalhadoras, centrais sindicais e organizações internacionais. Portanto a marcha conta com uma diversidade de mulheres, com a colaboração de diversos movimentos feministas que tem em comum experiência de luta pelos direitos.

Essa experiência vem desde os anos 1980 e 1990, período em que se marca a luta das mulheres por reconhecimento como trabalhadoras rurais, a previdência e sindicalização.

Até mesmo dentro dos sindicatos as mulheres eram invisível, aí algumas das companheiras que estava mais próxima a CONTAG, numa comissão que não era ainda oficial participaram de umas atividades e junto com Marcha Mundial de Mulheres (MMM), sentiu a necessidade de fazer uma ação, alguma ação que desse visibilidade para as mulheres, pois os homens, assim como é hoje ainda não acreditam no potencial das mulheres e principalmente dentro do movimento sindical. As mulheres tentaram fazer algo que impactasse que trouxesse uma visão para as mulheres, então foi pensado de trazer para Brasília em um momento difícil em 2000 em um governo neoliberal governo do FHC¹⁸ em um momento bem difícil de fome e miséria, as mulheres decidiram que ia mobilizar e colocar 20.000 mulheres em Brasília. (informação verbal)¹⁹.

No ano de 2000 foi realizada a primeira Marcha das Margaridas, que reuniu 20 mil mulheres em Brasília para denunciar o efeito das medidas neoliberais, o lema da marcha era, “2000 Razões para Marchar Contra a fome, a pobreza e a violência Sexista”. Muitos acharam que as mulheres não iam conseguir colocar esse número de mulheres em Brasília.

O próprio movimento sindical, os homens do movimento nos chamavam mulheres de louca aonde vai colocar 20.000 mulheres em Brasília, é bom que elas conseguiram, até a própria CONTAG que não estava esperando, na hora teve que fazer uma galinhada, a famosa galinhada da primeira marcha. (informação verbal)²⁰.

Assim como o próprio lema da marcha contra a fome e a violência sexista, “as mulheres se dividiram e caminharam, elas dividiram em três alas, a primeira das panelas que trazia a questão da fome, a segunda das cruzeiras por conta da violência da morte e a terceira a questão das flores uma simbologia das mulheres” (informação verbal)²¹ Açucena, entrevista realizada em 29 janeiro de 2019). Após a primeira marcha as mulheres já voltaram para seu estado se preparando para a segunda.

A segunda marcha, que ocorreu no ano de 2003. Agora 40 mil mulheres chegaram à Brasília, com lema “2003 Razões para Marchar Contra a fome, a pobreza e a violência Sexista”, reafirmando o lema anterior, negociaram pauta de reivindicações junto ao governo popular do presidente Lula e umas das conquistas foi título da terra destinada à reforma agrária em nome de mulheres e homens. Já no segundo governo Lula foi realizado a terceira Marcha das Margaridas no 2007 com o seguinte lema “2007 Razões para Marchar Contra a

¹⁸FHC- Fernando Henrique Cardoso.

¹⁹ Informação fornecida por Açucena, em entrevista realizada em 29 de janeiro de 2019.

²⁰ Id. 2019.

²¹ Id. 2019.

fome, a pobreza e a violência Sexista”, 70 mil mulheres chegaram a capital do país para defender a pauta de reivindicações que tinha como eixos centrais: terra, água e agroecologia; soberania alimentar; trabalho, renda e economia solidária. Na quarta marcha as mulheres estavam “fortalecidas pela eleição da primeira mulher para presidência do Brasil”, em 2011 foram 100 mil mulheres para as ruas da capital com lema “2011 Razões para Marchar - por Desenvolvimento Sustentável, com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”. A quinta Marcha das Margaridas realizada em 2015 que veio reafirmando o lema anterior “Margaridas seguem em Marcha - por Desenvolvimento Sustentável, com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”, nesse ano a presidenta Dilma Rousseff já tinha sido reeleita, já se armava o golpe político contra a presidenta, assim, 100 mil mulheres do campo, das florestas e das águas marcharam, resistindo ao golpe, mostrando assim solidariedade à presidenta, pelos ataques sofridos neste período (CONTAG, 2019, p. 8-9)²².

Portanto as Margaridas vêm trilhando um longo caminho de luta e resistência em busca de igualdade e direitos. Vão deixando suas sementes espalhadas ao longo da caminhada, pois quando falamos em Margaridas não estamos falando da flor.

A marcha das margaridas tomou esse nome por causa de uma companheira que lutou por seus direitos, não margarida de flor. Está falando mulheres que lutaram, então somos todas margaridas, inclusive os homens, não existem cravo, todos que lutam pelos direitos das mulheres dos direitos da classe trabalhadoras, somos margaridas. (informação verbal)²³.

Margaridas seguem marchado rumo a sexta marcha que ocorrerá em agosto de 2019, e assim ocupando Brasília em forma de resistência, com o seguinte lema Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência.

2.3.1 Rondônia rumo a 6ª Marcha das Margaridas

“[...] Margaridas se põe em marcha, para mais essa luta as mulheres estão presentes”
(SANTOS, Aline Christine dos, 2018).

Apesar da atual política de nosso país, “que nos coloca em uma situação de muito retrocesso, mas nunca foi fácil a luta das mulheres de teu papel reconhecido, principalmente de pensar o papel do estado, política pública para suprir as demandas das mulheres” (Orquídea, entrevista realizada dia 23 de abril de 2019). Mesmo diante dessa conjuntura política, as margaridas estão em luta se mobilizando de norte a sul, de leste a oeste, para se encontrar nos

²² Essas informações sobre a marcha das margaridas é de 2ª a 5ª, foram retiradas de uma apostila que Contag lançou no início de 2019, com tema Marcha das Margaridas 2019.

²³ Informação fornecida por Açucena, em entrevista realizada em 29 de janeiro de 2019.

dias 13 e 14 de agosto, e mostrar que estão resistentes e unidas, de mãos dadas semeando resistência e a autonomia, contra o patriarcado que insiste em se enraizar em nossa sociedade.

Nós, margaridas, do Campo, da floresta e das águas, estamos na luta por Brasil que avance no combate à pobreza, no enfrentamento à violência contra as mulheres, na defesa da soberania alimentar e nutricional e na construção de uma sociedade sem preconceitos de gênero, de cor, de raça e de etnia, sem homofobia e sem intolerância religiosa. Estamos denunciando, reivindicando, propondo e negociando ações e Políticas públicas, contribuam na construção de um “Desenvolvimento Sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade.” (COSTA apud CONTAG, 2015, p. 1).

E nós, margaridas de Rondônia, estamos nos preparando para estarmos presente na 6ª Marcha das Margaridas. “Estamos fazendo essa preparação da Marcha com as mulheres trabalhadoras rurais, urbanas, com todas as categorias, a gente está se organizando para gente ir para essa marcha” (informação verbal)²⁴. Essa organização através da federação (FETAGRO), em nossos STTRs com as secretarias de mulheres vendendo rifas, camisetas e fazendo várias outras atividades para juntar fundos para sair um número significativo de mulheres de Rondônia rumo a Brasília. Também ocorre parceria com mulheres de outros movimentos sociais, pois a Marcha das Margaridas é de todas, assim Hortência nos fala:

Fizemos reunião com as parceiras, mobilizando para fretar ônibus para podemos ir a marcha, [...] estamos conversando e articulando para levar as mulheres para Brasília [...] essas parceiras é de outros movimentos, MPA, Via Campesina, do IPER, as vereadoras, as mulheres do conselho estadual do direito da mulher, então são essas parceiras que a gente convida, as ribeirinhas, as quilombolas, então são todos esses movimentos de mulheres a gente fala a marcha das mulheres do campo da floresta e das águas, então essa é a luta nossa. (informação verbal)²⁵.

Então, as mulheres da cidade, do campo, da floresta e das águas, estão se articulando para estarem presentes na luta contra esse retrocesso geral que estamos vivendo, desde o impeachment da nossa presidenta Dilma Rousseff.

Infelizmente, a nossa sensação nesse momento é de retrocesso geral, inclusive nesse sentido de minimamente não tem uma pessoa que falasse a altura das mulheres como a gente tinha com a ministra Eleonora, [...] tivemos aí durante o governo Temer que já era um retrocesso, mas não chegava ainda ao nível dessa que está agora. (informação verbal)²⁶.

As mulheres não estão se intimidando, continuam a se organizar. “Pelo que tenho conversado na base, e o que estou vendo das mulheres elas não estão com medo não, elas estão falando: a gente precisa ir lutar e dizer para ele que estamos lá lutando e defendendo nossos direitos” (informação verbal)²⁷, pois a Marcha das Margaridas tem um propósito que é independente do governo que está no poder.

²⁴ Informação concedida por Hortência, em entrevista realizada em 22 de maio de 2019.

²⁵ Id. 2019.

²⁶ Informação concedida por Orquídea, em entrevista realizada em 23 de Abril de 2019.

²⁷ Informação concedida por Hortência, em entrevista realizada em 22 de maio de 2019.

Papel da Marcha das Margaridas, esse ano independente que esse governo dialoga ou não com esse segmento, [...] o nosso papel é continuar lutando, até que não é só através da política que a gente consegue dar passos estruturantes, acho que cada mulher que conseguimos levar para Brasília, que consegue dizer vou me somar a essa luta, a cada mulher que diz assim: eu estou indignada com essa situação que estou vendo, estou indignada com essa situação de violência contra as mulheres, indignada com a falta de políticas públicas e eu quero buscar força para lutar junto, sentir que não tá sozinha, nisso eu vejo que por si só a Marcha das Margaridas já é vitoriosa (informação verbal)²⁸.

A Marcha das Margaridas não acontece apenas nos dias que as mulheres estão em Brasília reivindicando seus direitos, mas sim na nossa base, todos os dias que afrontamos contra tudo aquilo que ameaça nossa dignidade enquanto pessoas.

Mas eu acredito que só o fato das mulheres estarem se reunindo em sua comunidade discutindo o que lhe tá incomodando e pensa onde eu preciso incidem a vez é até pensar no meu voto futuramente. Às vezes na minha família quem sabe e até uma tomada de decisão de situações que são opressoras até na família mesmo, então esse processo de debate que é Marcha das Margaridas protagoniza nas comunidades no sindicato no espaço de construção da Marcha e isso ninguém consegue tirar da gente (informação verbal)²⁹.

Sabendo que a marcha se constrói em cada passo que damos em nossa organização, em ações na base, é preciso reconhecer que é importante participar da marcha, mostrar que estamos reagindo diante das decisões tomadas pelos governantes. “Ainda mais nesse ano que estamos em tempo de discussões da reforma de previdência³⁰” (informação verbal)³¹.

Neste ano as margaridas têm que mostrar que estão resistentes, que estão dispostas a lutarem pelos seus direitos, tanto de previdência, educação, quanto de saúde, “a marcha é bom para a gente ter conhecimento, mas ainda tem muita mulher que não tem coragem de ir para Brasília, até tem condições de ir, mais tem medo e acaba não participando” (informação verbal)³². É preciso não ter medo de repreensões de um governo que quer cortar gastos das coisas que são fundamentais para a sociedade, mas sim mostrar-se forte e disposta a lutar contra

²⁸ Informação concedida por Orquídea, em entrevista realizada em 23 de Abril de 2019.

²⁹ Id. 2019.

³⁰ Entre os pontos da Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 6/2019, que trata da Reforma da Previdência, alterações: na idade mínimo, que para mulheres será de 62 anos, e para homens, de 65 e o cálculo do benefício levará em conta apenas o tempo de contribuição; na vida dos trabalhadores rurais, a idade mínima de aposentadoria proposta é de 60 anos, para homens e mulheres; os servidores públicos terão idade mínima de aposentadoria igualada à dos trabalhadores do setor privado: 62 para mulheres e 65 para homens; o valor do benefício será calculado da mesma forma do regime geral, entre outros. Após as explicações, Lélia ressaltou que a PEC deixa o futuro dos contribuintes totalmente instável e incerto. “Não basta se aposentar, é necessário se aposentar bem. Precisamos rever todo o sistema previdenciário para manter a justiça social, pois não podemos aceitar injustiças. Dois pontos me preocupam diante deste cenário, um de beneficiar quem não precisa de fato e direito e outra de fazer trabalhar quem realmente não tem condições. Esse projeto não tem lógica social, somente econômico”, indagou. (Fala de Lélia de Oliveira, da Comissão Especial de Direito Previdenciário da Seccional Rondônia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RO), palestra destacando os impactos da previdência na vida dos servidores públicos e rurais, em audiência pública proposta pelos deputados Lazinho da Fetagro (PT) e Adailton Furia (PSD).)

³¹ Informação concedida por Dália, em entrevista realizada em 30 de maio de 2019.

³² Id. 2019.

os retrocessos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo pesquisar a resistência e luta das mulheres no Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) no município de Presidente Médici. Buscou entender de que modo as lutas históricas de mulheres são vivenciadas pelas camponesas. Entendemos a luta e resistência das mulheres e a capacidade que elas têm tido de se auto organizarem para lutar pelos seus direitos, seja em qual for o seu movimento de luta, seja com feminismo negro, as trabalhadoras rurais e várias trajetórias de conquistas que as mulheres adquiriram ao longo dos anos. Esta pesquisa veio ampliar a visão da participação das mulheres dentro dos movimentos sociais, ao mesmo tempo permitiu especificar a participação das mulheres no MSTTR.

Uma das conquistas das mulheres foi o sufrágio feminino, em que as mulheres conseguiram o direito ao voto, através da auto-organização e assim as feministas construíram um movimento de mulheres que lutava pelo sufrágio feminino no Brasil, que desde 1932 no governo Vargas as mulheres conseguiram o direito ao voto. O Brasil foi um dos pioneiros, dos países da América Latina, a garantir o sufrágio feminino.

Graças a organização das mulheres que muitos direitos foram conquistados. Houve um grupo de mulheres que não se sentiu contemplado com os direitos que determinadas feministas almejavam, assim criando uma outra vertente de feminismo que é o feminismo negro ou como alguns autores colocam enegreceram o feminismo. São aquelas mulheres que lutam pelas mulheres e contra o racismo, pois a situação da mulher negra é radicalmente diferente da situação das mulheres não negras. As mulheres negras não eram consideradas, como as outras, mulheres essas que trabalharam a sua vida toda, em diversas funções, não entendiam aquele grupo de mulheres que lutava por direito ao trabalho. Mulheres essas que queriam apenas se verem refletidas nas lutas, por essa razão se sentiu a necessidade de enegrecer o feminismo. Movimento esse que desde de 1980 vem ganhando força no Brasil.

A pesquisa mostrou que as mulheres vêm contribuindo historicamente dentro do Movimento Sindical, que desde 1970/80, luta e resiste ao sistema patriarcal, despontando da invisibilidade, começam a lutar pelos seus direitos. Essa participação se dá através da presença nas mobilizações, no cotidiano do STTR, seja em seus cargos na direção ou como associada. Por mais que algumas situações tentam colocar as mulheres na invisibilidade, como em funções sem muitas decisões no movimento, mesmo assim as mulheres conseguem exercer suas

funções, mostrando que são capazes de ocupar espaços sem ser domésticos, espaços esses de decisões.

Constatou-se que a luta e construção da igualdade no MSTTR é uma discussão que abre muitos caminhos dentro da organização, principalmente na federação onde se percebe que os grupos de mulheres estão lutando por paridade de gênero com maior persistência. Essas mulheres lutam por seus direitos de ter oportunidades iguais aos homens, de ter a chance de poder mostrar que nós mulheres também somos capazes de estar à frente de uma organização social. Essa luta de construção de paridade no Movimento Sindical traz um desafio muito grande, pois encontramos até mesmo mulheres no movimento que ainda não entenderam a importância dessa paridade, para o desenvolvimento da atuação das mulheres no movimento, pois a luta pela paridade entre outras lutas das mulheres, ainda é um movimento que está em construção, encontram-se mulheres e homens que ainda não compreenderam.

No Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Presidente Médici a luta se encontra em andamento, por mais que já tivemos mulheres nos dois principais cargos na diretoria, ainda está presente o patriarcado. As mulheres que estão na atualidade no movimento, estão sempre em vigília, mostrando que são perseverantes e que estão preparadas para lutar contra o patriarcado no STTR.

No movimento sindical de Médici encontramos aquelas mulheres resistentes, que estão sempre buscando por seus direitos, pelas políticas públicas como ocorre na Marcha das Margaridas, onde as mulheres de todas as regiões do Brasil e até mesmo de outros países se encontram nas ruas de Brasília, buscando igualdade de gênero, contra a violência sexista, entre outros direitos. Pela observação dos aspectos analisados percebi que as lutas das mulheres que começaram a formar alicerce na década de 1970, desde então começaram a se estruturar em seus diversos segmentos de luta, as mulheres resistem cada vez mais, não deixam se abater pelas perseguições sofridas.

A luta das mulheres contribui como inspiração, de resistência e contribuição para minha formação na educação do campo e como futura educadora do campo. Assim como as mulheres lutam por espaço e contra tudo aquilo que as oprime e que sociedade capitalista impõe, como acadêmica e futura educadora da educação do campo, estarei sempre pronta para lutar contra a educação bancária.

**RESISTENCIA Y LUCHA DE LAS MUJERES EN LOS MOVIMIENTOS
SOCIALES: UN ESTUDIO DE LA UNIÓN DE TRABAJADORES Y
TRABAJADORES RURALES EN EL MUNICIPIO DEL MEDIO PRESIDENTE DE
RONDONIA**

RESUMEN

Este artículo analiza la resistencia y la lucha de las mujeres en el movimiento obrero de trabajadores rurales (MSTTR) en el municipio de Presidente Médici. Busca responder a la pregunta de investigación: ¿cómo son las historias de luchas de mujeres experimentadas por los campesinos del Sindicato de Trabajadores en Presidente Médici, estado de Rondônia? El objetivo es investigar la contribución histórica de las mujeres para enfrentar el sistema patriarcal en la unión. Además de identificar cómo se lleva a cabo la participación de las mujeres; verificar las diferentes formas en que el sistema patriarcal se manifiesta en la vida y el trabajo de las mujeres; Investigar la contribución que hacen las mujeres en el movimiento sindical. La metodología que guía el trabajo es la investigación participativa, con técnicas de observación participante, entrevistas semiestructuradas y análisis de documentos. Los resultados de la encuesta muestran que las mujeres han ganado muchos derechos a través de la lucha a lo largo de los años, pero se requiere una vigilia constante para resistir los contratiempos en todo momento.

Palabras clave: Resistencia. Luchar Participación de las mujeres. MSTTR.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Vilenia Venancio Porto. **Somos todas margaridas:** um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político. 2015. 491f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevista em ciência sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1 (3), jan./jul. 2005, p. 68-80. Disponível em: [https://periodicos.ufsc.br// index. php/](https://periodicos.ufsc.br//index.php/). Acesso em: 21 maio 2018.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Série Inclusão:** a conquista do voto feminino no Brasil. 2013. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>. Acesso em: 6 fev. 2019.

_____. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. Institui o Código Eleitoral. Diário Oficial da União - Seção 1 Brasília, DF, 19/7/1965, p. 6746, Coleção de Leis do Brasil, 1965.

CANÊDO, L. B. Aprendendo a votar. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

CASTRO, A. M. MACHADO, R. C. F. **Movimento feminista no Brasil e América Latina:** reflexões sobre educação e mulheres. 2016. Disponível em:

file:///C:/Users/Sergio/Downloads/7943-23788-1-PB%20(2).pdf. Acesso em: 16 jul. 2019.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero**, Durban, África do Sul, 27-28 de agosto de 2001.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300008&script=sci_arttext. Acesso em: 17 abr. 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA. **Bandeiras de luta das mulheres**. Disponível em: <http://www.contag.org.br/>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. **Paridade de Gênero: Construção da Igualdade no MSTTR**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://fetaema.org.br/documentos/DocumentoParidadeGeneroCONTAG.pdf>. Acesso em: 21 de mar. 2019.

_____. PUBLICAÇÃO REFERENTE AO 40º ANIVERSÁRIO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/43/Trajeteria-politica-da-contag--as-primeiras-lutas--revista-40-anos-da-contag.pdf>. Acesso em 28 de março de 2019

NASCIMENTO, Maria Ivonete Gomes do; OLIVEIRA, Eliane Braga de. Memória e informação de arquivo sobre o direito da mulher ao voto. 2018, Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/view/1256/1783>. Acesso em: 15 jul. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIULANI, Paola Cappellin. Os Movimentos de Trabalhadoras e a Sociedade Brasileira. In. PRIORE, Mary Del. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 9.ed. São Paulo 2010.

MASSON, Gisele. As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais. In. (ANDEP Sul, seminário de pesquisa em região sul, IX. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/%209anpedsul/paper/viewFile/966/126>. Acesso em: 30 maio 2019.

MARCHA DAS MARGARIDAS 2019 . CONTAG, s/l. Apostila que Contag lançou no início de 2019, com tema Marcha das Margaridas 2019.

MURARO, Marie Rose. **A mulher no terceiro milênio**. 4. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

PAIXÃO, M.; EGGERT, E. a hermenêutica feminista como suporte para pesquisar a experiência das mulheres. In. **Processos educativos no fazer artesanal de mulheres do Rio Grande do Sul** [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

PIRES, Maria Freitas de Campos. **O materialismo histórico-dialético e a educação**. Botucatu, SP: UNEP, 1996.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. Participação, poder e democracia – mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2012. ISSN 2179-510X. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373304837_ARQUIVO_Democracia,PodereParticipacaoPolitica.pdf. Acesso em: 21 mar. 2019.

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In. PRIORE, Mary Del. (org.). *História das Mulheres no Brasil*, 9.ed. São Paulo, 2010.

REFORMA da previdência é debatida em audiência pública na Assembleia Legislativa. Disponível em:

<https://www.newsrondonia.com.br/noticias/reforma+da+previdencia+e+debatida+em+audiencia+publica+na+assembleia+legislativa/127923>>. Acesso em 15 de julho de 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo : Companhia das Letras, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: 2015.

SANTOS, Luiza Chaves. **Sufrágio feminino e democracia no Brasil**. 2017, 81 f. Monografia (Bacharelado em Direito). PUC – Rio, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/33232/33232.PDF>. Acesso em: 28 de mar. 2019.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**. Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero da USP — NEMGEUSP, 1998.